

AGRICULTURA FAMILIAR NA PARAÍBA: PERFIL COM BASE NO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

Family farming in Paraíba: profile based on the agricultural census of 2017

Ivan Targino

Economista. Doutorado e Pós-Doutorado em Economia - Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne (1982/2004). Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Cidade Universitária. Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Campus I. CEP: 58059-900. Joao Pessoa, PB – Brasil. ivantarginomoreira@yahoo.com.br

Emilia Moreira

Geógrafa. Doutorado em Estudos da América Latina - Área Geografia, pela Universidade de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) e Pós-Doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB. Centro de Ciências Exatas e da Natureza - Campus I, Departamento de Geociências. Campus I - Cidade Universitária, Castelo Branco. CEP: 58059-900, João Pessoa, PB – Brasil. erodat@hotmail.com

Resumo: O artigo tem como objetivo principal traçar o perfil atual da agricultura familiar na Paraíba. Para elaborar o perfil, foram utilizados os dados do Censo Agropecuário de 2017 com base nas seguintes variáveis: características do produtor e dos estabelecimentos, organização da produção vegetal e animal, contingente e composição da força de trabalho, movimentação financeira dos estabelecimentos e padrão tecnológico. São objetivos específicos do artigo uma discussão sumária sobre o processo de formação e consolidação da agricultura familiar ao longo do tempo, bem como traçar as perspectivas atuais desse segmento produtivo. O estudo mostra que apesar do monopólio da terra ter sido um dos traços fundantes do espaço agrário estadual, a produção familiar se fez presente na sua constituição desde o início da colonização, como elemento de suporte e complementar ao projeto de colonização. Os dados atuais mostram que a agricultura familiar ainda permanece importante, particularmente na produção de alimentos e na absorção da mão de obra ocupada no setor agropecuário paraibano. Quanto às políticas públicas, a análise efetuada sinaliza para o arrefecimento, senão extinção, de um conjunto de políticas que visavam o fortalecimento da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Economia Regional; Paraíba.

Abstract: This paper has a main objective to outline the current profile of family farming in Paraíba. To elaborate the profile, were used data from the 2017 agricultural census based on the following variables: characteristics of the producer and establishments, organization of vegetable and animal production, contingent and composition of the workforce, financial movement of establishments, technological standards. Are specific objectives of the paper a summary discussion on the process of formation and consolidation of family agriculture over time, as well as to outline the current perspectives of this productive segment. The study shows that although the land monopoly was one of the founding features of the state agrarian space, the family production was present since the beginning of colonization in its constitution, as a support and complementary element to the colonization project. The current data show that family production still remains important, mainly in food production and in the absorption of employed labor in the agricultural sector in Paraíba. As for public policies, the analysis carried out signals the cooling, if not extinction, of a set of policies aimed at strengthening family farming.

Keywords: Family Farming; Regional Economy; Paraíba.

1 INTRODUÇÃO

Embora a ordem fundiária instalada na Paraíba tenha sido estruturada com base no sistema de sesmarias através da concessão de grandes extensões de terra a quem provasse dispor de cabedal para a sua exploração, há registros da produção familiar desde o início da colonização portuguesa. Assim, as primeiras manifestações da agricultura familiar na Paraíba datam do começo da efetiva ocupação do território pelos portugueses a partir de 1585.¹ Ao longo da constituição do espaço agrário estadual, vários processos de implantação da agricultura familiar tiveram lugar, podendo ser destacados os seguintes:

- **Ocupação das terras marginais:** esta forma de exploração esteve ligada, inicialmente, aos chamados lavradores livres, que procuravam se estabelecer nas terras não apropriadas pelas grandes propriedades (engenhos e fazendas), isto é, em terras que não haviam sido objeto de doações sesmarias. Na descrição feita por Elias Herckman² sobre a província da Paraíba, é relatada a presença de pequenas posses que se dedicavam à produção de alimentos (principalmente da mandioca para produção da farinha) e à pecuária no litoral paraibano, como atividade complementar da plantation canavieira, que dominava o cenário social e econômico da época, e que se destinava também ao abastecimento dos núcleos populacionais que começavam a surgir³;
- **Cultivo de roças no interior das grandes propriedades, por trabalhadores livres e escravos:** a existência de roças não ocorria apenas nas terras intersticiais, mas era comum a sua prática no interior das grandes propriedades para assegurar a produção de lavouras alimentares tanto para a população branca pobre como para os escravos. De acordo com Spix e Martius (1938), uma parte das terras dos engenhos era destinada à produção de lavouras tanto por pessoas livres quanto por escravos. Vale lembrar que o plantio de mandioca nos engenhos foi objeto, inclusive, de regulamentação por parte da coroa portuguesa através de cartas régias (PINTO, 1977). Em relação à zona semiárida, a produção familiar no interior das grandes propriedades foi incrementada com a expansão algodoeira. Com efeito, o cultivo do algodão nas grandes propriedades foi sustentado graças às relações de trabalho de arrendamento e de parceria, mesmo antes da abolição da escravatura. Após a abolição, essas relações de trabalho foram reforçadas em todo o Nordeste, pois representavam a eliminação quase que completa de riscos para os latifundiários. Eles praticamente não entravam com recursos financeiros e tinham, por conta dos contratos de parceria e de arrendamento, o controle de toda a produção a ser comercializada (ANDRADE, 1973; MOREIRA; TARGINO, 1997; MOREIRA, 1982);
- **Produção de subsistência no interior das missões indígenas:** além do caráter religioso, as missões assumiram a função de educar os índios e de garantir o provimento de gêneros alimentícios seja para os seus membros seja para os núcleos populacionais que se formavam (MOREIRA, 2014). Nesse particular, as missões se tornaram também área de produção familiar, pois a cada família era destinado um pedaço de terra para o cultivo de provisões para si e o que sobrava podia vender ou gastar à sua vontade (BRITO, 2013; HANDELMANN, 1978);
- **Exploração da agricultura familiar no interior dos quilombos:** os quilombos surgiram como lócus da resistência dos escravos à intensa exploração a que estavam submetidos. Essas unidades de resistência não se restringiram ao período da escravidão. Mesmo após a abolição, essas comunidades permaneceram relativamente fechadas seja pelas dificuldades de acesso, seja por fatores socioculturais que asseguravam o casamento dentro da própria comunidade, por exemplo. Essas comunidades dedicavam-se à produção de lavouras alimentares para a autossubsistência, sendo o excedente comercializado na feira local. O caso da comunidade quilombola de Caiana dos Crioulos, situada no município de Alagoa Grande, ilustra essa dinâmica (SILVA, 2007);
- **Utilização dos brejos de altitude para produção de lavouras de subsistência:** a pequena produção não ficou restrita à Zona da Mata. Com a expansão da pecuária para os sertões nordestinos, ela também se fez presente, ocupando as áreas serranas mais propícias à produção das lavouras, como ressaltam Andrade (1972) e Melo (1975), como estratégia de ga-

rantir a alimentação da população nos períodos de estiagem. Mas é, sobretudo nos brejos do Agreste, que a pequena produção rural vai se expandir, explorando fundamentalmente a combinação agricultura alimentar-pecuária, principalmente nas áreas de exceção a exemplo dos brejos de altitude (MOREIRA; TARGINO, 1997; SEIXAS, 1985);

- **A transformação de escravos em posseiros ou moradores:** com a abolição da escravatura, houve novo impulso para a pequena produção rural, agora independente da relação de propriedade. As relações camponesas penetraram na grande propriedade sob a forma de moradia, de parceria e de arrendamento (MOREIRA, 1982). Essas relações de trabalho dominaram o espaço agrário paraibano, imprimindo um intenso processo de exploração da força de trabalho nos diversos sistemas de uso dos recursos conforme previra Joaquim Nabuco (2001). O processo de transformação de escravos em moradores foi amplamente registrado e analisado por Andrade (1973) e Melo (1958 e 1975). Assim, a produção camponesa penetrou no interior da grande propriedade e se tornou elemento fundamental para lucratividade do latifúndio, seja ele canavieiro ou pecuarista;
- **Criação de unidades produtivas familiares pela política agrária:** a luta pelo acesso à terra não é nova (TARGINO, 2002), tendo alcançado nas Ligas Camponesas sua maior expressão (LE MOS, 2008; AZEVEDO, 1982). No entanto, a efetivação de uma política agrária só ocorreu recentemente e ainda de forma muito tímida para solucionar conflitos. Tanto é que na Paraíba, entre 1984 e 2016, foram implantados 313 Projetos de Assentamento, correspondendo a uma área de 294.099,08 hectares, que representam tão somente 9,4% dos estabelecimentos existentes em 2017 (INCRA/SIPRA, 2017).

Esse breve relato, mostra que além do processo de fragmentação da propriedade por herança, a produção familiar rural na Paraíba seguiu um longo processo de constituição e formação, assumindo ao longo do tempo diferentes formas e dinâmicas.

Levando em consideração a importância da agricultura familiar no processo de formação do espaço agrário paraibano e sua relevância na produção agropecuária estadual, o presente

trabalho tem como objetivo geral traçar o perfil atual da agricultura familiar⁴ paraibana com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017. Adicionalmente, o artigo busca levantar e discutir algumas perspectivas desse segmento produtivo no contexto da economia paraibana e do atual panorama da política econômica nacional.

O artigo está organizado em três seções, além desta introdução. Na segunda, apresentam-se aspectos metodológicos e teóricos do trabalho. Na terceira, estão discutidos panoramas da agricultura familiar paraibana de acordo com os dados fornecidos pelo Censo Agropecuário de 2017, tendo como pano de fundo o quadro nacional, bem como são analisadas as principais limitações enfrentadas pela produção familiar e as ações governamentais e não governamentais presentes no Estado para seu fortalecimento. Na quarta, à busca de conclusão, são sumariadas as principais características desse segmento produtivo, bem como são elencados os principais avanços e as dificuldades encontradas pela agricultura familiar paraibana, assim como são expostas algumas considerações sobre as perspectivas desse segmento produtivo, tendo em vista o quadro político institucional resultante do impeachment da Presidente Dilma Roussef.

2 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Para analisar a evolução da agricultura familiar na Paraíba, foi feito um levantamento de informações junto a fontes históricas como relatos de viajantes, e contribuições já consideradas clássicas de geógrafos nordestinos que estudaram a temática como Manuel Correia de Andrade e Mário Lacerda de Melo. Para traçar o perfil atual foram utilizadas, fundamentalmente, as informações do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE. Os dados estatísticos foram trabalhados de acordo com as seguintes variáveis: estrutura fundiária, características dos produtores (idade, raça, sexo, escolaridade), formas de utilização do solo, composição da produção agropecuária (lavouras permanentes, lavouras temporárias, principais rebanhos), valor da produção agropecuária, composição da força de trabalho e base técnica da produção.

Os dados colhidos receberam tratamento da estatística descritiva e são apresentados sob a forma de tabelas, gráficos e mapas. Para a discussão das perspectivas da agricultura familiar paraiba-

na, considerou-se tanto o levantamento bibliográfico quanto pesquisas anteriores realizadas pelos autores deste trabalho e por outros pesquisadores.

Do ponto de vista teórico, o trabalho se fundamenta em duas vertentes: a) a primeira é atribuída a Alexander Chayanov, que defende a ideia de que a agricultura camponesa, embora esteja envolvida por uma economia de mercado, não é regida pela lei do lucro, mas sim pelo equilíbrio entre consumo e trabalho, não podendo ser explicada pelas teorias desenvolvidas para explicar a organização da produção capitalista. A lógica da organização camponesa pode explicar a persistência dessa forma de organização social (CHAYANOV, 1986); e b) a segunda diz respeito à escola da articulação francesa, que defende a tese de que o capital no seu processo de acumulação e valorização destrói, mas também cria e recria formas não capitalistas de produção (REY, 1973). No Brasil, essa perspectiva teórica é defendida por Francisco de Oliveira no seu trabalho seminal sobre a crítica da razão dualista (OLIVEIRA, 1976).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Produção familiar na Paraíba: uma visão geral

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, dos estabelecimentos rurais brasileiros, 76,8% enquadram-se no modelo de agricultura familiar. Este percentual é da ordem de 79,2% no Nordeste e de 76,9% na Paraíba. Quanto à área dos estabelecimentos, observa-se que os estabelecimentos familiares detêm uma participação bem inferior à do número dos estabelecimentos, denotando o perfil da concentração fundiária. Convém lembrar, contudo, que na Paraíba esse grupo de estabelecimentos tem um percentual da área bem superior seja à média nacional seja regional (Tabela 1). Apesar disso, é na Paraíba que se encontra a menor área média dos estabelecimentos familiares (11,5 ha, contra 14,1 no Nordeste e 20,8 no Brasil).

Tabela 1 – Brasil, Nordeste e Paraíba: Número dos estabelecimentos totais, não familiares e familiares – 2017

Especificação	Total	%	Não familiares	%	Familiares	%
	Estabelecimentos					
Brasil	5.073.324	100,0	1.175.916	23,2	3.897.408	76,8
Nordeste	2.322.719	100,0	483.873	20,8	1.838.846	79,2
Paraíba	163.218	100,0	37.729	23,1	125.489	76,9
Área (hectares)						
Brasil	351.289.816	100,0	270.398.732	77,0	80.891.084	23,0
Nordeste	70.893.865	100,0	44.968.122	63,4	25.925.743	36,6
Paraíba	3.424.540	100,0	1.983.326	57,9	1.441.215	42,1

Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Em termos de número e de área dos estabelecimentos familiares, considerando os estados nordestinos, a Paraíba se situa à frente apenas do Rio Grande do Norte, de Alagoas e de Sergipe. Em relação à área média, os estabelecimentos familiares maranhenses detêm a maior (20 ha) e os alagoanos, a menor (6,7 ha); a dos paraibanos é superior à de Pernambuco (10,0 ha), de Sergipe (9,4 ha) e de Alagoas (6,7 ha). A área média dos estabelecimentos familiares (11,5 ha)

é aproximadamente 5 vezes menor do que a dos estabelecimentos não familiares (52,6 ha).

Ao se comparar os estabelecimentos familiares registrados em 2017 na Paraíba (125.489) com os recenseados em 2006 (148.069), tem-se uma retração da ordem de 15,2% no período. Isso ocorreu apesar da implantação de Projetos de Assentamento, da adoção de políticas de apoio à agricultura familiar e do processo de divisão hereditária. Este último fator é consi-

derado importante para explicar o crescimento dos pequenos estabelecimentos de acordo com Andrade (1973). Essa redução pode ser atribuída a um conjunto de fatores, dentre os quais podem ser destacados: mudança nas exigências de classificação do estabelecimento familiar introduzida pelo Decreto n. 9.064, principalmente em relação à renda do produtor⁵; o período continuado de seca que abrangeu os anos de 2012 a 2017 pode ter estimulado a busca de outras atividades fora do estabelecimento; o envelhecimento dos responsáveis pelo estabelecimento chefes de família e a saída dos filhos pode ter contribuído para a redução do número de estabelecimentos. Apesar da redução, a agricultura familiar continua desempenhando um papel relevante no contexto da economia estadual. A permanência da produção familiar na agricultura paraibana parece dar sustentação às hipóteses defendidas pela escola da articulação francesa (REY, 1973; LIPIETZ, 1978) sobre o processo de criação e recriação de modos ou formas pré-capitalistas de produção pelo capital.

A importância da agricultura familiar na Paraíba se faz presente tanto em termos de geração de receitas quanto de emprego no setor primário estadual. Em relação ao emprego, 73,4% das 424.116 pessoas ocupadas na agropecuária paraibana estavam absorvidas nos estabelecimentos familiares em 2017. Essas unidades produtivas respondiam por 44,5% das receitas dos estabelecimentos agropecuários estaduais (IBGE/SIDRA, 2019).

3.2 Características dos produtores

Os produtores familiares são predominantemente masculinos (76%), perfil similar ao dos não familiares (75%). Quanto ao nível de escolaridade, é bastante baixo. A metade dos produtores familiares não sabe ler e escrever e foi apenas alfabetizada (24,2% e 26,1%, respectivamente). Entre os produtores não familiares, a situação é um pouco melhor, mesmo assim, ainda é elevado, percentualmente, o número dos que se enquadram nessas duas categorias (12,2% e 16,0%, respectivamente) (IBGE/SIDRA, 2019).

Tabela 2 – Paraíba: distribuição percentual dos produtores segundo grupos de idade por tipo de agricultura e sexo (2017)

Grupos de idade	Não familiar			Familiar		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Total	37.729	30.020	7.574	125.489	95.363	30.126
< de 25 anos	3,1	2,2	6,5	1,6	1,4	2,4
25 a - de 35 anos	14,7	13,0	21,8	8,2	7,6	10,3
35 a - de 45 anos	26,5	25,9	29,5	15,8	15,7	16,0
45 a - de 55 anos	29,2	30,3	25,7	21,4	21,7	20,7
55 a - de 65 anos	16,9	18,8	9,6	22,7	22,9	21,9
65 a - de 75 anos	5,8	6,4	3,9	19,2	19,6	18,0
75 anos e mais	3,3	3,4	3,0	11,1	11,2	10,8
Não se aplica	0,4	-	-	-	-	-

Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

5. Segundo Antônio Carlos Florido, gerente técnico do censo agropecuário de 2017, “Dez anos depois, a configuração dos produtores mudou. Aumentou muito o número de estabelecimentos em que o produtor está buscando trabalho fora, diminuiu a mão de obra da família e está diminuindo a média de pessoas ocupadas. O estabelecimento acaba não podendo ser classificado porque não atende aos critérios da lei” (NERY, 2019, p. 1).

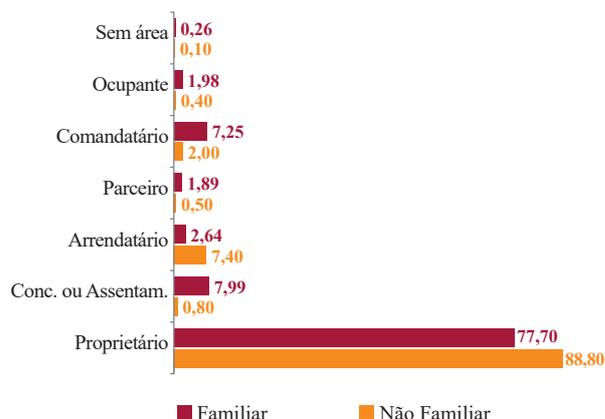
No tocante à faixa etária, os dados contidos na Tabela 2 evidenciam dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, o percentual de produtores com 55 anos e mais é maior entre

os produtores familiares (53%) do que entre os não familiares (26%), ou seja, é praticamente o dobro do percentual dos não familiares. Esses dados parecem indicar que os ganhos da aposentadoria não são suficientes para os produtores familiares cobrirem as necessidades das famílias, sendo obrigados a continuar trabalhando apesar da idade avançada. Em segundo lugar, o percentual de mulheres responsáveis pelos estabelecimentos é maior do que o percentual de homens nas faixas etárias mais jovens (menores de 45 anos). Isto ocorre tanto nos estabelecimentos familiares quanto nos não familiares, podendo estar relacionado ao processo migratório que tem afetado a Paraíba (MORENO; MOREIRA; QUEIROZ, 2016) e às políticas públicas, particularmente, ao Pronaf Mulher.⁶

Os dados do IBGE/SIDRA (2019) apontam que os responsáveis pelos estabelecimentos são, predominantemente, os proprietários, sejam familiares ou não familiares (72,6% e 69,6%, respectivamente). A segunda categoria mais numerosa é a de comandatário⁷ nos dois tipos de agricultura (12% na familiar e 15,3% na não familiar). Essa informação confirma a afirmativa anterior da importância do processo de partilha hereditária para o aumento do número dos pequenos estabelecimentos familiares ou não.⁸ Em terceiro lugar, tem-se a categoria de assentados, responsável por 7,2% dos produtores familiares, evidenciando uma participação ainda modesta da política agrária no processo de consolidação da agricultura familiar.

Em relação ao valor da produção, há uma diferenciação significativa entre os produtores familiares e os não familiares, como pode ser visto no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Paraíba: Composição (%) do valor da produção dos estabelecimentos não familiares e familiares, segundo a condição dos produtores (2017)



Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Ao se comparar os dois tipos de agricultura, observa-se que os estabelecimentos familiares têm maior diversificação quanto à condição dos produtores, particularmente ao maior peso dos assentados e dos comandatários de um lado, e ao menor peso do valor da produção dos proprietários, de outro lado. Isto ressalta a importância da política agrária e do processo de partilha hereditária para esse tipo de estabelecimento. Já os produtores não familiares são majoritariamente proprietários (88,8%). Entre eles, destacam-se também os arrendatários (7,3%). A maior representatividade dessa categoria entre os produtores familiares pode ser associada à expansão da prática de arrendamento para o plantio da cana-de-açúcar (MOREIRA; FREIRE; TARGINO, 2008; FREIRE, 2018) e do abacaxi (TORRES, 2019).

3.3 Contingente de pessoas ocupadas

Em 2017, conforme o IBGE/SIDRA (2019), o setor agropecuário paraibano ocupava 424.116 pessoas. Destas, 97,4% tinham 14 anos ou mais. Vale dizer que apenas 2,6% eram trabalhadores infantis, evidenciando o acerto da adoção de políticas de combate ao trabalho infantil e a sua fiscalização pelo Ministério do Trabalho.

A maior parte do pessoal ocupado é absorvida pela agricultura familiar, isto é, 311.236 pessoas, equivalente a 73,4% do total das ocupações do setor primário estadual. Ao se considerar o indicador mão de obra/100 hectares, os estabelecimentos familiares ocupam 21,6 pessoas, en-

6. Apesar da reduzida participação do Pronaf Mulher no total dos recursos e dos contratos do Pronaf, ele tem sido importante para dar sustentação a algumas iniciativas, tais como: Cooperativa dos Floricultores do Estado da Paraíba (Cofep) no município de Pilões, Cooperativa de Produtoras de Renascença no município de São João do Tigre, produção de artesanato na comunidade dos Rufinos no município de Pombal etc.

7. O Censo de 2017 define o comodato como a situação em que “[...] cada um dos herdeiros estiver ocupando parte do terreno, até por falta de recursos para o inventário, cada uma destas partes será considerada como um estabelecimento, sendo a condição do produtor classificada como comodatário, e a área será registrada em terras em regime de comodato” (IBGE, 2017, p. 42).

8. Dos estabelecimentos não familiares classificados como comodatários, 95,1% têm menos de 50 hectares.

quanto os não familiares ocupam 5,7 pessoas. Isto denota a importância que a agricultura familiar deve ocupar em uma estratégia de criação de emprego, particularmente no momento atual de crise e debilitação do mercado de trabalho (KREIN; VÉRAS; FILGUEIRAS, 2019).

O trabalho infantil também é de pouca monta, repetindo o mesmo percentual do pessoal ocupado no setor agropecuário paraibano. Quanto à distribuição por sexo, tem-se que 69,2% são do sexo masculino. Percentual menor do que o registrado para o conjunto da agropecuária do Estado. Isto é, a agricultura familiar é mais aberta para o trabalho feminino do que a patronal, pois na produção familiar há a necessidade de ocupar o maior número de braços.

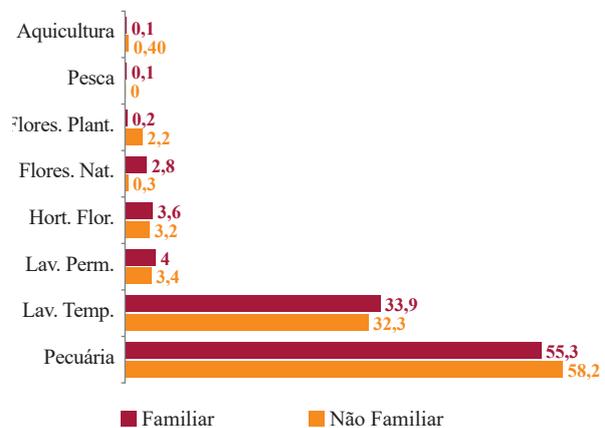
Do total das pessoas ocupadas nos estabelecimentos familiares, 87,9% possuem grau de parentesco com o responsável. Mais da metade desse pessoal (144.545 pessoas, equivalente a 52,8%) insere-se nos estabelecimentos com menos de 5 hectares, sendo que é nesse grupo de área que se encontra a maior participação de mulheres (37,5%). A concentração de mão de obra nos menores estratos de área é um dado inquietante, pois aponta para a insuficiência de produção e, consequentemente, para o agravamento da pobreza rural. Pesquisas anteriores mostram, de um lado, a articulação da produção familiar com a média e grande propriedade, enquanto fornecedora de mão de obra para os estabelecimentos capitalistas (PANTA; MOREIRA, 2018) e, de outro lado, como esses estabelecimentos tornam-se ponto de fixação das famílias cujos chefes encontram ocupação na construção civil em cidades de médio e grande portes, realizando uma migração pendular de curta distância (TARGINO, 1991).

3.4 Produção vegetal

O valor da produção vegetal paraibana, em 2017, montava a R\$ 1,03 bilhão. Desse total, 40,1% foram gerados pelos estabelecimentos familiares. Ao se comparar o valor da produção por hectare cultivado, tem-se que essa diferença é significativamente menor: R\$ 312,37 nos não familiares contra R\$ 287,89 nos familiares (IBGE/SIDRA, 2019). Essa informação coloca em questão a assertiva difundida da superior eficiência econômica da grande propriedade.

Não se observam diferenças significativas entre os estabelecimentos familiares e os não familiares em relação à distribuição segundo os tipos de atividade declarados como principais (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Paraíba: Distribuição dos estabelecimentos por tipo e grupo de atividade em 2017



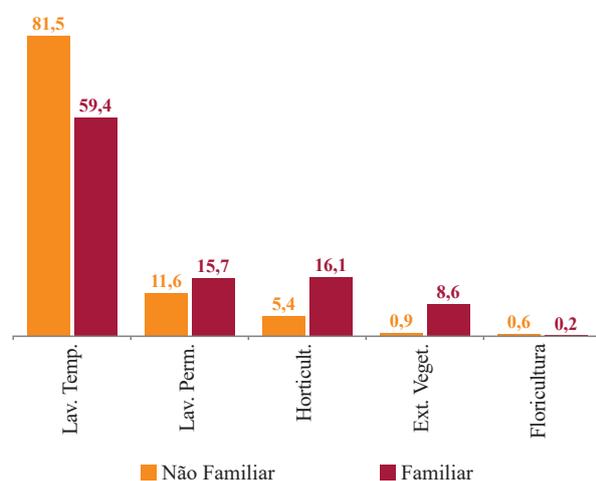
Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nos dois tipos, a orientação principal dos estabelecimentos está voltada primeiramente para a pecuária, seguida da produção de lavouras temporárias, de lavouras permanentes, de horticultura e fruticultura. Essas quatro atividades congregam 97,1% e 96,8% dos estabelecimentos não familiares e dos familiares, respectivamente. As diferenciações existentes estão relacionadas com: a) a exploração de florestas plantadas, que é praticamente inexistente nos estabelecimentos familiares e ocupa a quinta posição nos não familiares; b) nos familiares, as florestas naturais ocupam a quinta posição; e c) em números absolutos, a pesca é mais presente nos estabelecimentos familiares (149) do que nos não familiares (13).

Ao se analisar a composição do valor da produção vegetal segundo os tipos de agricultura, verificam-se diferenciações relevantes. Em primeiro lugar, constata-se uma diferença expressiva do peso das lavouras temporárias (81,5% nos estabelecimentos não familiares, contra 59,4% nos familiares). Como será visto adiante, essa diferença deve-se, fundamentalmente, à produção açucareira, que está restrita à grande propriedade e que se expandiu, nos anos recentes, aos assentamentos rurais cujas terras são arrendadas às usinas e destilarias (FREIRE, 2010).

Além das lavouras temporárias, os estabelecimentos não familiares despontam na produção de lavouras permanentes e na horticultura que respondem por 11,7% e 5,4%, respectivamente, do valor da produção vegetal desses estabelecimentos. Em segundo lugar, o valor da produção vegetal nos estabelecimentos familiares é melhor distribuído em relação ao conjunto das atividades. Isto é, não é encontrado o elevado grau de concentração em atividades, como ocorre nos latifúndios canavieiros. A horticultura e o extrativismo vegetal têm um peso bem superior nos estabelecimentos familiares (16,1% e 8,6%), em relação ao registrado nos não familiares (5,9% e 0,9%) (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Paraíba: Composição (%) do valor da produção por tipo de agricultura segundo as atividades – 2017



Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

A seguir, é feita a discussão do valor da produção em cada uma das atividades acima apresentadas, buscando realçar a diferenciação da produção familiar tanto produtiva (por grupos de área) quanto espacialmente, fazendo o contraponto da diferenciação em relação aos estabelecimentos não familiares no tocante ao grau de concentração em algumas atividades.

3.4.1 A produção de lavouras temporárias

O valor da produção de lavouras temporárias na Paraíba somava R\$ 751,2 milhões, sendo que 67,2% desse valor eram gerados nos estabelecimentos não familiares e 32,8% nos familiares. Como esperado, o Censo mostra uma diferença importante na geração desse valor segundo os grupos de área (Tabela 3).

Como mostrado na Tabela 3, nos estabelecimentos familiares o grupo modal do valor da produção é o de até 5 hectares, enquanto nos estabelecimentos não familiares essa classe situa-se no grupo de 2.500 hectares e mais. Interessante destacar que nos estabelecimentos familiares o valor da produção declina à medida que aumenta o tamanho da área, enquanto nos não familiares ocorre exatamente o inverso. Possível explicação para essa tendência pode estar, de um lado, na maior intensidade de utilização dos recursos nas unidades familiares, e, de outro lado, na presença mais significativa da principal lavoura do Estado (cana-de-açúcar) nas médias e grandes propriedades (Tabela 4).

Tabela 3 – Paraíba: Valor da produção de lavouras temporárias (em mil reais) segundo grupos de área e por tipo de agricultura (2017)

Grupos de área	Total		Não familiares		Familiares	
	Frequência absoluta	%	Frequência absoluta	%	Frequência absoluta	%
De 0 a menos de 5 ha	104.745	13,9	15.073	3,0	89.672	36,4
De 5 a menos de 10 ha	66.419	8,8	6.402	1,3	60.017	24,3
De 10 a menos de 20 ha	55.613	7,4	9.146	1,8	46.467	18,8
De 20 a menos de 50 ha	46.649	6,2	11.932	2,4	34.717	14,1
De 50 a menos de 100 ha	26.330	3,5	15.969	3,2	10.361	4,2
de 100 a menos de 500 ha	96.488	12,8	91.756	18,2	4.732	1,9
De 500 a menos de 1.000 ha	49.399	6,6	49.399	9,8	-	0,0

Grupos de área	Total		Não familiares		Familiares	
	Frequência absoluta	%	Frequência absoluta	%	Frequência absoluta	%
De 1.000 a menos de 2.500 ha	94.378	12,6	94.378	18,7	-	0,0
De 2.500 ha e mais	210.131	28,0	210.131	41,6	-	0,0
Produtor sem área	1.058	0,1	449	0,1	610	0,2
Total	751.210	100,0	504.635	100,0	246.576	100,0

Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, eram cultivados 16 tipos de lavouras temporárias nos estabelecimentos familiares. No entanto, apenas seis apresentavam um valor da produção mais significativo (abacaxi, mandioca, feijão, milho, palma forrageira e cana-de-açúcar), que respondiam por 89,6% do valor dessas

lavouras (Tabela 4). Nível de concentração ainda maior foi observado nos estabelecimentos não familiares, pois as lavouras temporárias representavam 94,6%, sendo que só a cana contribuía com 59,4%. Esse é apontado com um dos graves problemas do setor agropecuário estadual (TARGINO; CARVALHO; MARTINS, 2019).

Tabela 4 – Paraíba: Valor (em mil reais) da produção das lavouras temporárias, segundo as principais lavouras por tipo de agricultura – 2017

Especificação	Total		Não familiares		Familiares	
	Frequência absoluta	%	Frequência absoluta	%	Frequência absoluta	%
Total*	751.261	100,0	504.658	100,0	246.603	100,0
Abacaxi	82.582	11,0	29.103	5,8	53.479	21,7
Cana-de-açúcar	446.078	59,4	423.640	83,9	22.438	9,1
Feijão	42.883	5,7	8.067	1,6	34.816	14,1
Mandioca (aipim, macaxeira)	65.785	8,8	12.894	2,6	52.891	21,4
Milho em grão	38.833	5,2	8.135	1,6	30.698	12,4
Palma forrageira	34.528	4,6	7.723	1,5	26.805	10,9

Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota (*) – Refere-se ao total das lavouras temporárias.

Outro problema observado no cultivo das lavouras temporárias é a concentração espacial: a mandioca e o abacaxi são cultivados em alguns municípios da Mata Paraibana e do Agreste; a

cana, na Mata Paraibana (Figura 1); a palma forrageira, na mesorregião da Borborema. Apenas o feijão e o milho estão difundidos em todo o Estado (IBGE/SIDRA, 2019).

Figura 1 - Paraíba: Valor da produção municipal do abacaxi por estabelecimentos familiares - 2017

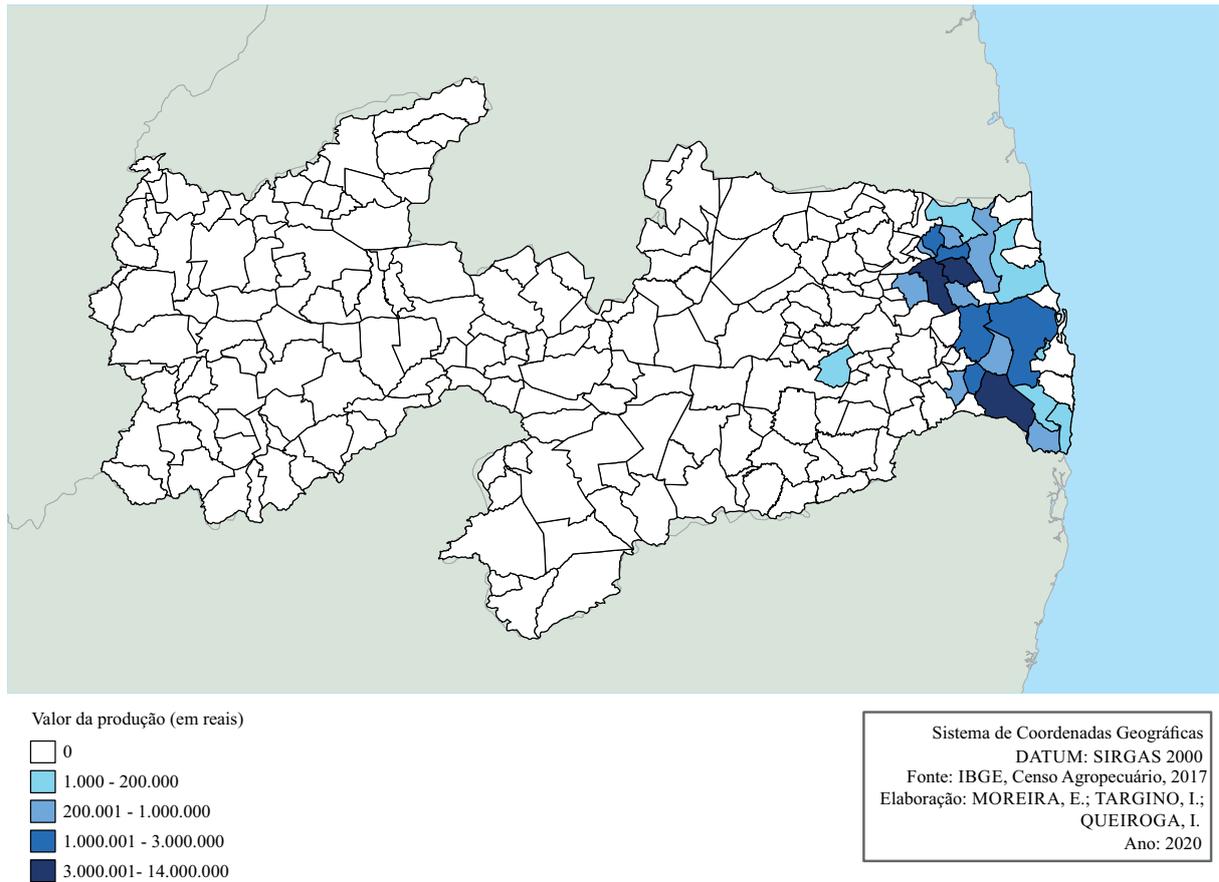


Figura 2 - Paraíba: Valor da produção municipal da mandioca por estabelecimentos familiares - 2017

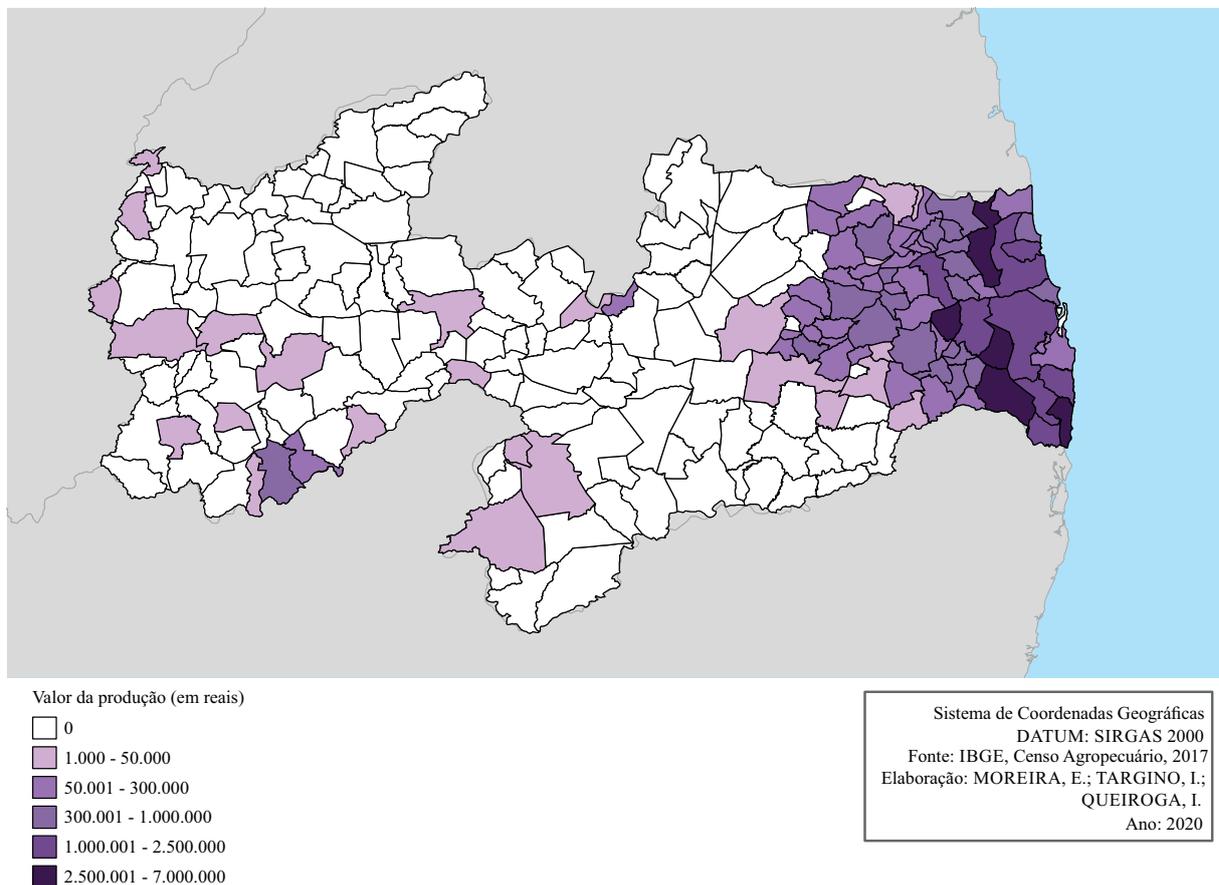
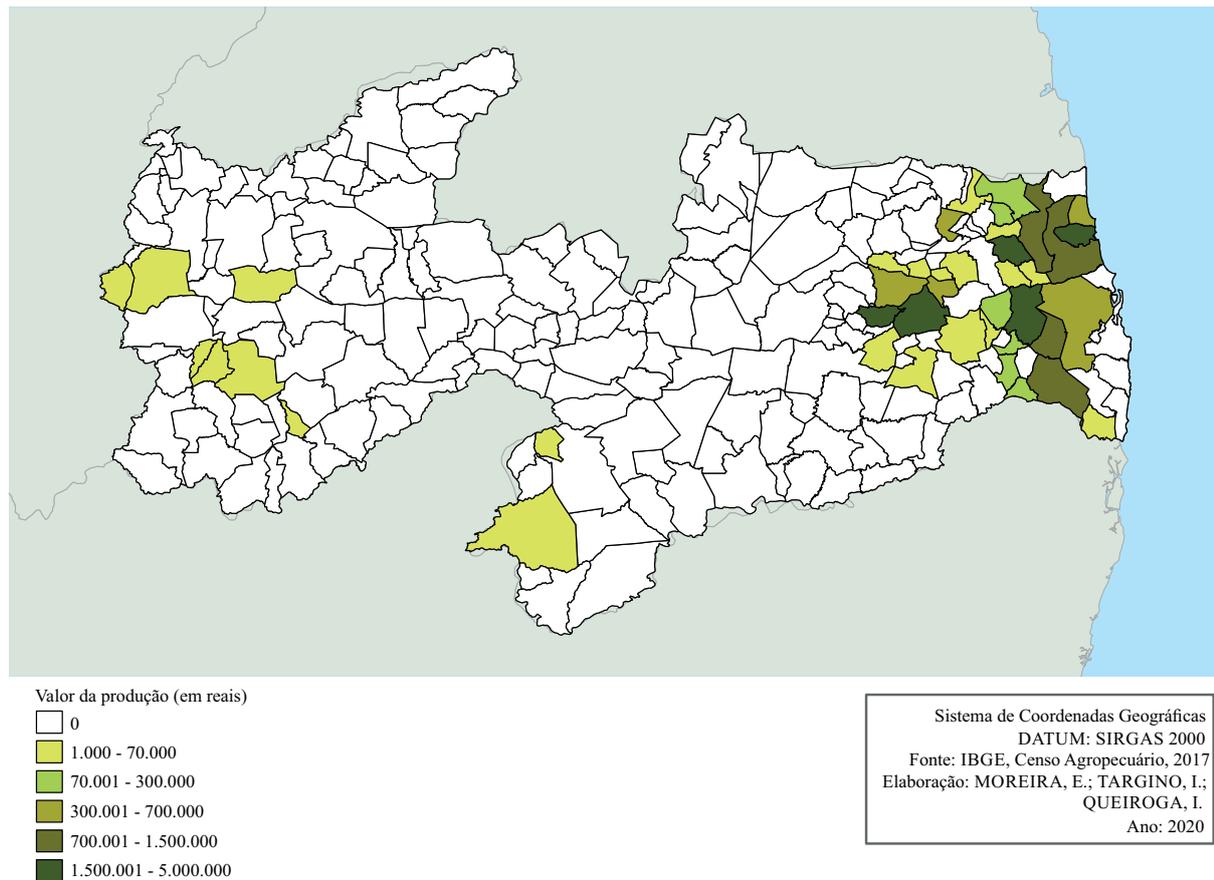


Figura 3 - Paraíba: Valor da produção municipal da cana-de-açúcar por estabelecimentos familiares - 2017



Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019). Elaborado por Isadora Queiroga.

Um dado importante a ressaltar é que nas áreas mais secas do Estado (Sertão e Borborema) os produtores familiares restringem a sua produção praticamente ao feijão e ao milho, cultivados em nível de autoconsumo, o que evidencia a fragilidade desse tipo de agricultura nas áreas onde a semiaridez incide com maior intensidade. Já o GTDN (1967) alertava para as consequências da disseminação das lavouras alimentares no Semiárido, tornando a seca periódica muito mais um problema social do que econômico.

3.4.2 A produção de lavouras permanentes

As lavouras permanentes têm um pequeno peso no setor agropecuário paraibano. Com

efeito, o valor da produção dessas lavouras monta a R\$ 137,8 milhões, distribuídos em 52,7% nas unidades não familiares e em 47,2% nas familiares. O valor das lavouras permanentes constitui apenas 12,5% e 20,9% da produção dos estabelecimentos não familiares e familiares, respectivamente. Importa destacar que nas unidades de produção familiares esse valor é subnotificado, uma vez que o Censo só considera os estabelecimentos com mais de 50 pés plantados. Além de pequena, essa produção está concentrada em poucos produtos, nos dois tipos de atividade, como pode ser visto na Tabela 5.

Tabela 5 – Paraíba: Valor (em mil reais) da produção das lavouras permanentes, segundo as principais lavouras por tipo de agricultura (2017)

Produtos	Total		Não familiar		Familiar	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total	137.812	100,0	72.668	100,0	65.153	100,0

Produtos	Total		Não familiar		Familiar	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Acerola	6.279	4,6	3.238	4,5	3.043	4,7
Banana	51.876	37,6	13.853	19,1	38.021	58,4
Coco-da-baía	40.329	29,3	35.540	48,9	4.785	7,3
Mamão	16.693	12,1	13.283	18,3	3.411	5,2
Maracujá	6.692	4,9	1.633	2,2	5.056	7,8
Subtotal	121.869	88,4	67.547	93,0	54.316	83,4

Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Os cinco principais produtos da lavoura permanente constituem 93% dessas lavouras nas unidades não familiares, sendo o principal o coco-da-baía (48,9%), cuja produção está concentrada na microrregião de Sousa, no Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa (Pivas). No caso das unidades familiares, o destaque é para a banana, que contribui com 58,4% do segmento. Aqui também se observa uma forte concentração espacial nas microrregiões do Brejo Paraibano e de Sousa.

Um aspecto importante é a recente expansão da fruticultura irrigada, ainda que com uma dimensão bem menor daquela verificada em Pernambuco (Vale do São Francisco) e no Rio Grande do Norte (Vale do Açu). Dentre elas, as principais são o mamão, o maracujá e a acerola. Nas médias e grandes propriedades, são empregados os métodos convencionais de irrigação, enquanto nas pequenas propriedades é comum o uso das tecnologias sociais (TARGINO; MOREIRA; ARAÚJO, 2014). Importa lembrar que a expansão da fruticultura na Paraíba é prejudicada pela escassez de água. Na última grande seca que atingiu o Estado (2012-2017), foi suspenso o uso de água para irrigação, prejudicando a atividade.

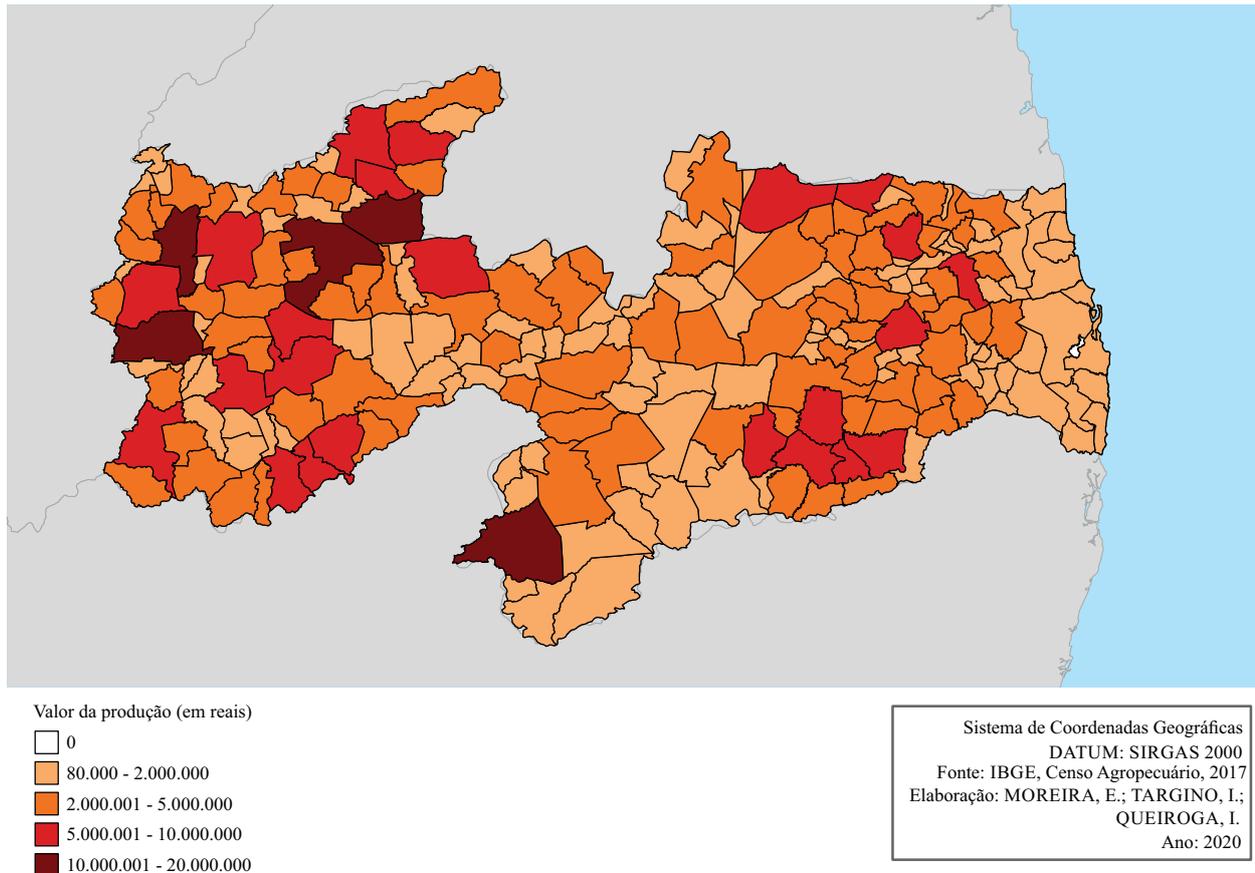
3.5 Produção animal: os principais rebanhos

O principal rebanho paraibano de grande porte é o bovino. A dinâmica desse rebanho apresenta dois aspectos preocupantes. De um

lado, o efetivo desse rebanho, desde a década de 1970, não tem ultrapassado o teto de 1,4 milhão de cabeças. Isto é, o efetivo do rebanho tem oscilado para baixo do teto ao longo dos últimos 50 anos. Quando ocorre uma seca, há uma redução do rebanho, que se recupera nos anos de bom inverno, mas sem conseguir ultrapassar o teto acima referido (TARGINO; CARVALHO; MARTINS, 2019). De outro lado, ainda prevalece um nível tecnológico baixo na pecuária paraibana (CLEMENTINO et al., 2015). De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, apenas 15,9% dos estabelecimentos recebem orientação técnica, 21% fazem controle de doenças e 20,3% fazem uso de suplementação alimentar. Quadro similar é registrado nos estabelecimentos familiares: 16,8% recebem orientação técnica, 21% realizam controle de doenças e 19,8% realizam suplementação alimentar (IBGE/SIDRA, 2019).

Em 2017, o efetivo bovino da Paraíba era de 1.050.612 cabeças. Comparando com os dados da Pesquisa Pecuária Municipal, observa-se que já havia uma recuperação do nível do rebanho, pois durante o longo período de estiagem que afetou o Estado o efetivo do rebanho atingiu 967 mil cabeças em 2012. Do efetivo total do Estado, as unidades familiares respondem por 57%. Entre essas unidades, as situadas nos grupos de área com até 50 hectares congregam 74,7% do seu efetivo bovino (Figura 4).

Figura 4 – Paraíba: Distribuição espacial do rebanho bovino explorado em estabelecimentos familiares, segundo os municípios e o valor da produção (2017)



Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

O peso significativo da pecuária bovina nos estabelecimentos familiares é explicado pelo fato de ser uma mercadoria facilmente vendável, constituindo-se em fonte de renda nos momentos de dificuldade financeira das unidades produtivas (IENO; BALMAT, 1998; TARGINO; MOREIRA; ARAÚJO, 2014). Mesmo entre os estabelecimentos não familiares, tem-se que 21,4% do seu rebanho estão no grupo de área inferior a 50 hectares. Quanto à distribuição espacial do rebanho nos estabelecimentos familiares, embora ele esteja disseminado em todo o Estado, verifica-se que existem algumas áreas de maior concentração (Figura 4).

Quanto à produção dos rebanhos de médio porte, destacam-se os caprinos e os ovinos criados, sobretudo, nos estabelecimentos familiares. Dos 546 mil caprinos registrados, 61,9% pertencem aos estabelecimentos familiares. Dois fatores contribuíram para um rápido

do crescimento desse rebanho: a) na década de 1990, o governo estadual adotou uma política de incentivo à caprinocultura estadual, com a introdução de novas raças, a intensificação da política de assistência técnica (GALVÃO et al., 2006) e a introdução de novo tipo de palma forrageira para combater a praga da cochonilha do carmim; e b) com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos – Leite, houve um forte incentivo para a expansão da caprinocultura sobretudo na mesorregião da Borborema (REGO, 2019; TARGINO; MOREIRA, 2008), uma vez que o Programa garantiu demanda para produto (sobretudo para o leite) e um preço competitivo. Além disso, o Programa incentivou a instalação de várias unidades de beneficiamento do leite no Cariri Paraibano (DUQUÉ, 2007). Como pode ser observado na Figura 5, a caprinocultura está fortemente concentrada na mesorregião da Borborema, cujas condições climáticas são bastante favoráveis a esse tipo de criação.

Figura 5 – Paraíba: Distribuição espacial do rebanho caprino explorado em estabelecimentos familiares segundo os municípios e o valor da produção (2017)

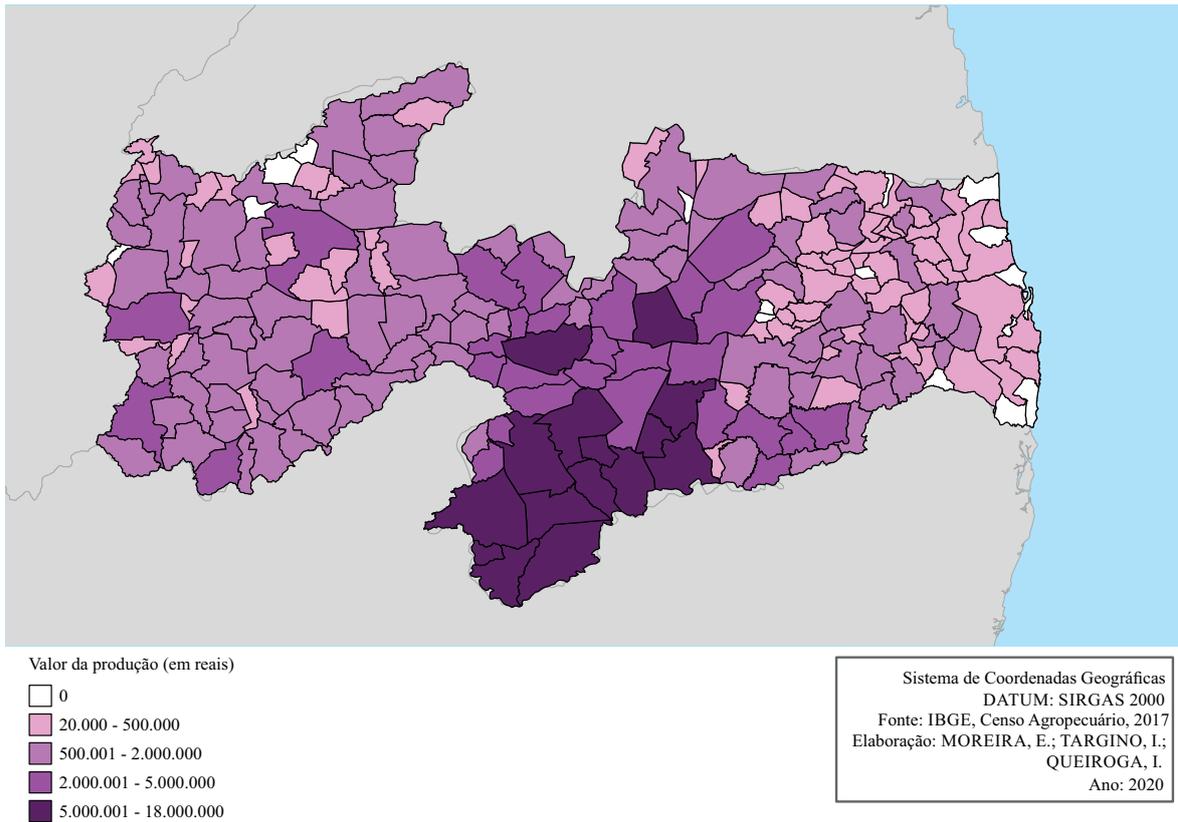
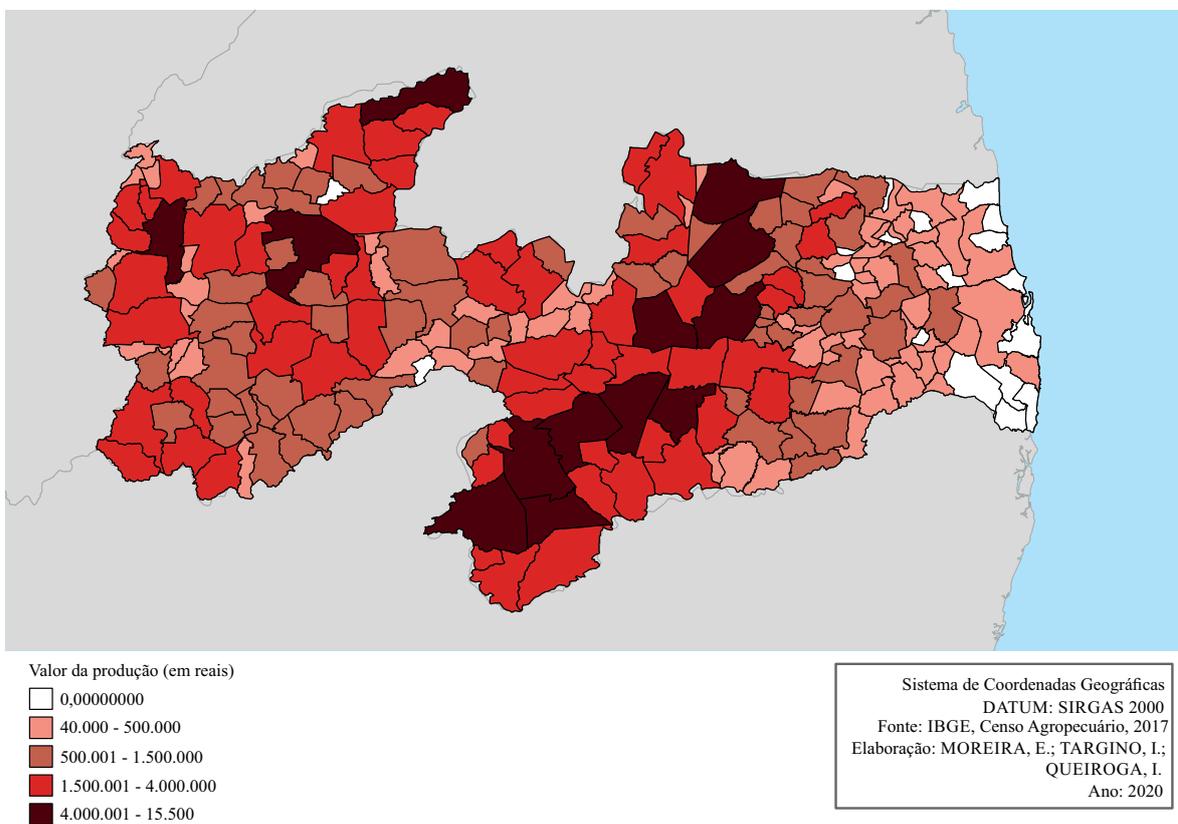


Figura 6 – Paraíba: Distribuição espacial do rebanho ovino explorado em estabelecimentos familiares segundo os municípios e o valor da produção (2017)



Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019). Elaborado por Isadora Queiroga.

A ovinocultura também é explorada principalmente pelos produtores familiares. O rebanho atinge 506 mil cabeças, sendo que 307 mil pertencem às unidades familiares, o equivalente a 60,7% do rebanho estadual. Estudos realizados na Paraíba mostram que a criação de ovinos no Estado apresenta uma série de problemas que redundam em baixa produtividade da atividade. Entre esses problemas são apontados: manejo inadequado, falta de cuidados com a saúde do rebanho, baixa capacidade gerencial dos produtores e ausência de políticas públicas de sustentação desse criatório (LINS et al., 2018). A ovinocultura apresenta menor concentração espacial que a caprinocultura, estando bem difundida nas mesorregiões da Borborema, do Sertão Paraibano e do Agreste Paraibano (Figura 6).

Outro segmento da produção animal expressivo na Paraíba é a criação de galináceos. As unidades não familiares têm peso maior nesse segmento produtivo, responsável por 59,9% das 24,6 milhões de cabeças produzidas no Estado. As unidades familiares respondem por 40,1% da produção. A sua participação nas vendas é um pouco superior (43,2%) a do total produzido (IBGE/SIDRA, 2019).

O maior peso dos estabelecimentos não familiares na criação de galináceos na Paraíba é devido, fundamentalmente, à atuação da empresa Guaraves que controla tanto a produção quanto a comercialização (CORREIA, 2018). A produção de galináceos, historicamente, faz parte da combinação produtiva das unidades familiares, objetivando tanto o autoconsumo de carne e ovos como uma fonte suplementar de renda pela venda do excedente. Na atualidade, o Governo do Estado, Sebrae e algumas ONGs têm atuado no sentido de explorar o nicho da produção de galinhas caipiras e de capoeira (CORREIA, 2018).

A produção animal tem sido uma fonte de insumos para a agroindústria rural paraibana. Com efeito, segundo os dados do IBGE/SIDRA (2019), a agroindústria de queijo e requeijão e de carnes é responsável por R\$ 71,8 milhões, correspondentes a 78,7% do valor total da agroindústria rural existente nas unidades familiares (R\$ 91,3 milhões).

3.6 Base técnica da produção

Uma das faces da modernização do setor agropecuário brasileiro é o nível de sua mecanização. Na Paraíba, esse processo se deu de forma retardada e limitada em relação ao Brasil e foi influenciado pelos impactos do Proálcool e pelos incentivos fiscais concedidos. Além de retardado e limitado, ele incidiu, diferentemente, em termos de atividades, de tamanho dos estabelecimentos e de espaço, isto é, ele foi mais concentrado na atividade canavieira, nas grandes e médias propriedades e na mesorregião da Mata Paraibana (MOREIRA; TARGINO, 1997). Os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram que essas características ainda permanecem. Por outro lado, tem-se que as práticas técnicas adotadas também são limitadas, como será visto a seguir.

3.6.1 Utilização de máquinas e implementos agrícolas

De acordo com os dados apresentados na Tabela 6, observa-se que o nível de mecanização da agropecuária paraibana é bastante baixo, o que representa uma continuidade do quadro observado desde os anos de 1980. Isto tanto em termos dos estabelecimentos não familiares quanto dos familiares.

Tabela 6 – Paraíba: Número de máquinas, implementos agrícolas e veículos existentes nos estabelecimentos agropecuários (Unidades) – 2017

Especificação	Total		Não Familiar		Familiar	
	Número	%	Número	%	Número	%
	N° de estabelecimentos					
Trator	2.564	1,6	1.598	4,2	966	0,8
Semeadeiras	221	0,1	204	0,5	17	0,0

Especificação	Total		Não Familiar		Familiar	
	Número	%	Número	%	Número	%
Nº de estabelecimentos						
Colheitadeiras	63	0,0	58	0,2	5	0,0
Adubadeiras	133	0,1	123	0,3	10	0,0
Veículos	42.524	26,1	12.183	32,3	30.341	24,2
Caminhões	1.653	1,0	807	2,1	846	0,7
Utilitários	3.629	2,2	1.325	3,5	2.304	1,8
Automóveis	5.846	3,6	2.058	5,5	3.788	3,0
Motos	39.531	24,2	11.003	29,2	28.528	22,7
Nº de equipamentos						
Trator	3.562	2,2	2.531	6,7	1.031	0,8
Semeadeiras	254	0,2	237	0,6	17	0,0
Colheitadeiras	100	0,1	95	0,3	5	0,0
Adubadeiras	186	0,1	175	0,5	11	0,0
Veículos	54.316	33,3	16.995	45,0	37.321	29,7
Caminhões	2.178	1,3	1.288	3,4	890	0,7
Utilitários	3.887	2,4	1.470	3,9	2.417	1,9
Automóveis	6.254	3,8	2.340	6,2	3.914	3,1
Motos	41.997	25,7	11.897	31,5	30.100	24,0

Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

O uso de trator ainda é muito reduzido por parte dos estabelecimentos agropecuários do Estado. Apenas 1,6% deles declararam possuir esse equipamento, sendo 4,2% dos não familiares e 0,8% dos familiares. Em relação à quantidade de tratores utilizados, o quantitativo também é pequeno (3.562), a maior parte pertencente aos estabelecimentos não familiares (2.531 ou 71% do total). Vale lembrar que a evolução do número desse equipamento é lenta no período mais recente. Após quase que quadruplicar entre 1970 e 1980 (822 e 3.190, nesses respectivos anos, o que equivale a um crescimento médio no período de 288%) sob o impacto do Proálcool, desde então o crescimento é baixo. Em praticamente 40 anos, o incremento foi de apenas 372 unidades.

Quanto aos itens semeadeiras, colheitadeiras e adubadeiras, embora o número seja também muito pequeno nos dois tipos de estabelecimentos, ainda são nos não familiares onde eles estão predominantemente concentrados.

O único item com maior expressividade é o de veículos, mais influenciado pelo uso de motos, o que não está efetivamente relacionado com o nível de produtividade das atividades desenvolvidas.

3.6.2 Práticas técnicas utilizadas

Assistência técnica é reconhecidamente um elemento importante para elevar a produtividade nos estabelecimentos familiares, sobretudo con-

siderando-se o baixo nível de escolaridade dos responsáveis por essas unidades. No entanto, o número de estabelecimentos familiares que tem acesso à assistência técnica é baixo: 21,1 mil unidades, correspondendo a 16,8%. Essa realidade não difere, substancialmente, dos estabelecimentos não familiares, pois apenas 18,9% declararam fazer uso de ajuda técnica (Tabela 7).

A assistência recebida é, predominantemente, de origem governamental (80,2%), o que ressalta a importância e o acerto da política de ATER adotada pelos governos federal, estadual e municipal até recentemente. A Tabela 7 sumariza as principais práticas de cultivo utilizadas pelos estabelecimentos não familiares e familiares na Paraíba.

Tabela 7 – Paraíba: Principais práticas de cultivo por tipo de atividade – 2017

Especificação	Total		Não Familiar		Familiar	
	Número	%	Número	%	Número	%
Estabelecimentos com orientação técnica	28.286	17,3	7.163	19,0	21.123	16,8
Cultivo convencional	57.129	35,0	12.542	33,2	44.587	35,5
Rotação de culturas	30.103	18,4	6.424	17,0	23.679	18,9
Pousio ou descanso de solos	35.434	21,7	7.669	20,3	27.765	22,1
Estabelecimentos com uso de adubação	59.273	36,3	13.987	37,1	45.286	36,1
Fez adubação química	7.479	4,6	1.656	4,4	5.823	4,6
Fez adubação orgânica	46.346	28,4	11.040	29,3	35.306	28,1
Aplicação de corretivo de solo	1.790	1,1	715	1,9	1.075	0,9
Estabelecimentos com uso de agrotóxico	52.232	32,0	10.623	28,2	41.609	33,2
Uso de agricultura orgânica	1.883	1,2	507	1,3	1.376	1,1
Estabelecimentos com uso de irrigação	19.228	11,8	4.834	12,8	14.394	11,5
Área irrigada	97514	2,8	77550	3,9	19964	1,4

Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

O baixo nível da assistência técnica é refletido nos tipos de prática agrícola empregados pelos estabelecimentos familiares: a) o cultivo convencional é praticado por 35,5%; b) apenas 18,9% fazem rotação de cultura e 22,1% praticam o pousio ou descanso de solos; c) pouco mais de um terço faz uso de adubação, predominantemente orgânica; d) é praticamente nula a prática de corretivo de solo; e) um terço das unidades faz uso de agrotóxicos; f) é diminuta a prática de agricultura orgânica; e g) o uso de irrigação é muito baixo, pois apenas 11,5% dos estabelecimentos a praticam e menor ainda é o percentual da área irrigada (1,4%). Esse padrão de práticas agrícolas repete-se, com pouca variação, nos estabelecimentos não familiares.

3.7 Perspectivas da agricultura familiar

Os estabelecimentos familiares paraibanos encontram uma série de dificuldades que obstaculizam o seu desenvolvimento. Dentre elas podem ser destacadas:

- **Limitações do quadro natural**, tais como: tipos de solo de baixa aptidão agrícola; baixa e irregular precipitação pluviométrica (NIMER, 1979), o que é agravado nos momentos de seca prolongada, como a que ocorreu na década de 2010, comprometendo até mesmo as iniciativas de produção irrigada. Grande parte dos solos da Paraíba apresenta limitações à atividade agrícola, principalmente na mesorregião da Borborema, onde além

de rasos e pedregosos apresentam manchas importantes de solos salinos (MOREIRA, 2000);

- **Perfil dos produtores familiares:** conforme visto anteriormente, os produtores familiares são, predominantemente, idosos e com baixo nível de escolaridade. Além disso, o êxodo rural e o assalariamento de parte da mão de obra familiar provocam restrições na disponibilidade da mão de obra por parte deste segmento produtivo (MORENO; TARGINO; QUEIROZ, 2016). O insuficiente nível de escolaridade é fator de restrição à adoção de técnicas produtivas mais diversificadas e eficientes;
- **Nível tecnológico:** de acordo com o discutido no item anterior, apesar de algumas inovações introduzidas por órgãos governamentais e por ONGs, o padrão tecnológico empregado pelos estabelecimentos familiares é insuficiente. Para superar essa deficiência, há uma intensificação da utilização de mão de obra tanto familiar, que ainda não migrou, quanto assalariada, de modo que o crescimento da produção decorre mais do emprego crescente do trabalho do que de outros fatores (TORRE, 2020; PANTA; MOREIRA, 2018);
- **Tamanho dos estabelecimentos:** o processo de minifundização em curso gera consequências importantes para a produtividade dos estabelecimentos familiares, sobretudo na porção semiárida do Estado (90,9% do território estadual), pois, segundo alguns estudos, o tamanho mínimo que garante a sobrevivência da família nessa porção do Estado é de 50 hectares (SILVA, 1980);
- **Comercialização da produção:** os canais de comercialização da produção familiar estão, sobretudo, sob controle de intermediários (PANTA; MOREIRA, 2018; FIGUEIREDO; TARGINO, 2019). Se de um lado os atravessadores representam um canal importante de escoamento da produção face à dispersão da mesma, por outro, implica em um mecanismo de extração do sobretabalho dos estabelecimentos familiares;
- **Diversificação da produção:** à exceção de algumas áreas da Zona da Mata e do Agreste, onde há presença das lavouras do abacaxi e da cana nos estabelecimentos familiares e da expansão da fruticultura em algumas áreas

bem delimitadas do Estado, há o predomínio das lavouras tradicionais, particularmente, na zona semiárida paraibana, fragilizando sobremodo o segmento no Estado.

Diante dessas dificuldades, foram estabelecidas e implantadas diversas políticas públicas que objetivavam dar suporte à agricultura familiar, bem como fortaleceram ações de Organizações não Governamentais com a mesma finalidade. Dentre as políticas podem ser lembradas: a) a política agrária que efetivou o assentamento de 14.655 famílias em 294.672,08 hectares até abril de 2016; b) disponibilidade do crédito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), programa que pela primeira vez propiciou o acesso do produtor familiar ao crédito, principalmente nas modalidades custeio e investimento; c) políticas de criação de mercado institucional, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas políticas ainda que tenham tido uma cobertura limitada, foram importantes para assegurar demanda e preço para os produtos da agricultura familiar, como já destacado anteriormente; d) política de fortalecimento da assistência técnica, seja através dos canais tradicionais a exemplo da Emater, seja através prestação de serviço de assistência técnica através de cooperativas.

Além das ações governamentais, a atuação de ONGs foi também importante no suporte à agricultura familiar. As mais destacadas na Paraíba foram a Articulação do Semiárido (ASA-PB), a Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa (AS-PTA/PB), o Centro de Educação Popular e Formação Social (CE-PFS) e o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas (Patac). Essas organizações têm desempenhado papel relevante na criação e difusão de tecnologias sociais, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e formas de convivência com a seca, a exemplo de: banco de sementes, cultivo agroflorestal, prática de agroecologia, cisternas de placa e cisternas calçadão, barragens subterrâneas, irrigação alternativa, tanques de pedra, biodigestor, insumos orgânicos etc. Além disso, as ONGs também têm atuado na difusão de formas organizativas e formação de lideranças comunitárias e no estímulo a

novas atividades, tais como beneficiamento de produtos, artesanato, turismo rural etc.

Esse conjunto de iniciativas tem sido fator que contribui para a permanência da agricultura familiar no contexto do setor agropecuário estadual, seja para a sua diversificação seja para melhor qualificá-la tendo em vista sua integração ao mercado.

A atual conjuntura econômica e política brasileira apresenta um quadro progressivo de incertezas para a sustentação da produção familiar no Brasil e, particularmente, na Paraíba tendo em vista as limitações do quadro natural e do contexto mercadológico estadual. São pontos de inquietação:

- a. O desmonte sistemático de algumas políticas (casos do PAA, da ATER e da Política Agrária). Os impactos já se fazem sentir no Estado conforme notícias nas mídias⁹ e levantamento de pesquisas recentes (CORREIA, 2020; FIGUEIREDO; TARGINO, 2019);
- b. Mudanças nas exigências para o encaminhamento do pedido de aposentadoria. Antes era exigida uma declaração do sindicato rural, atestando a condição de agricultor, agora o pedido deve ser feito diretamente no INSS, quando o solicitante deve preencher uma série de formulários e há aumento da documentação exigida (RG, CPF, Certidão de nascimento, título eleitoral e outros que comprovem a atividade rural, como comprovante de endereço rural, notas fiscais, fichas de atendimento do posto de saúde etc.). A mudança no procedimento, levou a um aumento do número de recusas do benefício e redução no número de aposentadorias concedidas (SIBAHI, 2020). Isso poderá afetar não apenas o padrão de vida das famílias rurais, mas também a sustentação da agricultura familiar, uma vez que parte da aposentadoria é utilizada para garantir a produção (DELGADO, 1997; KATO; TARGINO, 2009), e;
- c. Criminalização e perseguição dos movimentos sociais tendem a inibir a sua ação, que tem sido fundamental para a sustentação da luta por acesso à terra e por condições de permanência na terra por parte dos trabalhadores rurais (AMARAL; FIEDLER, 2018; MORAIS; MORAIS, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recuperação histórica da agricultura familiar na Paraíba mostra que ela integra a organização do espaço agrário estadual desde o início da ocupação portuguesa. Embora exercendo, inicialmente, uma função subsidiária do projeto agroexportador baseado na plantation açucareira, ela foi se consolidando e se expandiu de acordo com as necessidades do capital que, ao longo do tempo, foi recriando-a de modo a favorecer a sua valorização e acumulação.

A reafirmação da importância da agricultura familiar, seja em termos de produção seja em termos de absorção de mão de obra, pode ser considerada como um dos principais resultados do Censo Agropecuário de 2017 no que tange à Paraíba. A permanência desse segmento no contexto do setor agropecuário estadual é resultado de uma conjugação de fatores com destaque para as políticas de suporte à agricultura familiar, a presença de organizações não governamentais que lhe dão suporte e o processo de partilha da terra por motivo de herança.

Além da permanência, os dados censitários e os resultados de algumas pesquisas de campo apontam para uma tendência de maior integração da agricultura familiar à dinâmica do mercado. Dentre essas mudanças, ressaltam-se: crescimento da fruticultura, aumento da agroindústria rural, exploração de novos nichos mercadológicos como turismo rural, atuação de organizações não governamentais e adoção de tecnologias sociais.

Não obstante sua permanência e os avanços acima mencionados, esse segmento produtivo apresenta alguns problemas, tais como: envelhecimento e baixo nível de escolaridade dos responsáveis pelos estabelecimentos, fracionamento excessivo das unidades produtivas, padrão tecnológico insuficiente, concentração da produção de lavouras em poucos produtos, ca-

9. Conforme noticiado no G1: “Para se ter uma ideia, das 200 famílias que eram beneficiadas pelos programas no município (Remígio), apenas 62 foram inscritas este ano (2017). Os cortes nos recursos chegam perto dos 80%. As instituições não governamentais que acompanham a execução dos programas na Paraíba estão preocupadas com o impacto dos cortes. Com o programa, as famílias mudaram de vida porque muitas conseguiram equipar sua área de produção e sua própria casa, explica Diógenes Pereira, assessor técnico da ASPTA”.

nais de comercialização restritos, fragilidade da organização produtiva das unidades familiares localizadas no semiárido, centrada nas lavouras tradicionais (feijão e milho). Essas dificuldades tendem a se agravar, tendo em vista o desmonte das políticas de sustentação da agricultura familiar e de reestruturação agrária adotadas nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. J. do; FIEDLER, C. Z. A criminalização de movimentos sociais no Brasil contemporâneo: uma herança autoritária. In: MARTIN, M. L. et al. **Los nuevos desafíos del derecho ibero-americano**, v. 1, p. 319-331; 1ª Edição. Editora: La Casa del Abogado, 2018, Espanha.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. Brasiliense. 1973.
- AZEVEDO, F. A. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BRITO, V. **Missões na capitania da Paraíba**. Campina Grande: Cópias & Papéis, 2013.
- CHAYANOV, A. V. **The theory of peasant economy**. Manchester: Manchester University Press, 1986.
- CLEMENTINO, I. J. et al. Caracterização da pecuária bovina no Estado da Paraíba, Nordeste do Brasil. **Semina: Ciências Agrárias**, Londrina, v. 36, n. 1, jan./fev. 2015.
- CORREIA, A. P. S. **Impactos do programa de aquisição de alimentos na organização e sustentação do campesinato no Agreste Paraibano**. Tese (Tese em Geografia) – UFPB. João Pessoa, 2020.
- CORREIA, S. C. C. **Avicultura capitalista e campesinato no Agreste Paraibano**. Tese (Tese em Geografia) – UFPB. João Pessoa, 2018.
- DELGADO, G. **Previdência rural**: relatório de avaliação socioeconômica. Brasília: IPEA, Texto para discussão n. 477, 1997.
- DUQUÉ, G. **Programa de Aquisição de Alimentos PAA/Leite no Estado da Paraíba**. Campina Grande: UFCG/CNPQ, Relatório de pesquisa, 2007.
- FIGUEIREDO, N. R. M.; TARGINO, I. Estado, Políticas Públicas e Territórios Rurais. **Okara: geografia em debate** (UFPB), v. 13, n. 1, 2019.
- FREIRE, N. P. **Produção de cana-de-açúcar nos assentamentos da Zona da Mata paraibana**: monopolização do território e estratégia de reprodução camponesa. Recife: UFPE/PPGG, tese de doutorado, 2019.
- GALVÃO, P. F.; LIMA, D.; ALBUQUERQUE, A. C.; ATAÍDE, C. Desenvolvimento sustentável da caprinocultura no Cariri Paraibano. In: MOREIRA, E. **Agricultura familiar e desertificação**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2006
- GARDNER, R. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Ed. da USP, 1975.
- GLOBO RURAL. **Agricultores sofrem com a redução do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2017. Disponível em: <http://www.portalagronoticias.com.br/noticia/2311/agricultores-sofrem-com-a-reducao-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife: Sudene, 1967.
- HANDELMANN, H. **História do Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.
- HERCKMAN, E. Descrição geral da capitania da Parahyba. In **Revista da Faculdade de Filosofia da Paraíba**, João Pessoa, UFPB, v. 2, n. 4, 1964.
- IBGE. **Manual do Recenseador**. 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5537.pdf. Acesso em: 19 dez. 1919.

- IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- IENO, G.; BALMAT, T. **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária, 1998.
- INCRA/SIPRA. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação.** Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf. Acesso em: 28 nov. 2019.
- KATO, R.; TARGINO, I. Previdência social e pobreza na zona rural do Nordeste brasileiro. **Revista da ABET**, v. 8, 2009.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária.** São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- KOSTER, H. **Viagem ao Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.
- KREIN, J. D.; VÉRAS, R.; FILGUEIRAS, V. (Orgs.). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade.** Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.
- LEMOS, F. A. **Nordeste: o Vietnã que não houve.** Ligas camponesas e o golpe de 64. João Pessoa: Edições Linha d'Água, 2008.
- LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LINS, J. G. G. et al. Perfil do ovinocultor no oeste do alto sertão paraibano. **Tecnologia e Ciência Agropecuária**, João Pessoa, vol. 12, n. 1, 2018.
- LIPIETZ, A. **Le capital et son espace.** Paris: François Maspero, 1978.
- MELO, M. L. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba.** Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia. 1958.
- _____. **O açúcar e o homem.** Recife: Fundaj, 1975.
- MORAES, W. S.; MORAES, L. S. C. Passagens. As máscaras do Estado repressor: A criminalização dos movimentos sociais no Brasil. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro: vol. 8, no .1, janeiro-abril, 2016, p. 102-121.
- MOREIRA, E. **A natureza do espaço paraibano.** João Pessoa: UFPB/DGEOC, 2000.
- MOREIRA, I. T. **Les facteurs déterminants du processus migratoire au Nord-est du Brésil pendant la période 1950-1970.** Tese (Tese em Desenvolvimento Econômico e Social) - Université de Paris I. Paris. p. 366. 1982.
- _____. **O processo de povoamento da Paraíba.** João Pessoa: Departamento de Economia – UFPB, mimeo, 2014.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária, 1997.
- MOREIRA, E. R. F.; FREIRE, N. P.; TARGINO, I. Trabalho assalariado na Zona Canavieira da Paraíba: Tendências atuais. **Revista da ABET (Impresso)**, v. VII, p. 136-151, 2008.
- MORENO, V.; MOREIRA, I. T.; QUEIROZ, S. Fluxos migratórios paraibanos: síntese dos últimos 40 anos. **Okara: Geografia em Debate (UFPB)**, v. 10, p. 133-150, 2016
- NABUCO, J. O Abolicionismo. In: MOTTA, L. D. (org.). **Interpretação do Brasil: um banquete nos trópicos.** São Paulo: Senac, 2001.
- NERY, C. Em onze anos, agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho. IBGE - **Agência de Notícias.** 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho>. Acesso em: 30 mar. de 2020.
- NIMER, E. **Pluviometria e recursos hídricos de Pernambuco e Paraíba.** Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- OLIVEIRA, F. Economia brasileira: crítica à razão dualista. **Seleções Cebrap 1.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

- PANTA, R. L. S.; MOREIRA, I. T. O processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos Assentamentos da Reforma Agrária em Sapé (PB). **Revista Nera** (Unesp), v. 21, p. 90-115, 2018.
- PINTO, F. P. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1977.
- RÊGO, E. E. **A tecnificação do território no Cariri Paraibano associada às políticas de estímulo à (re)pecuarização e a prática do cooperativismo agropecuário**. Tese de doutorado. João Pessoa: UFPB/PPGG, 2019.
- REY, J. P. P. **Les alliances de classes**. Paris: François Maspero, 1973.
- SEIXAS, W. N. **Viagem através da província da Paraíba**. João Pessoa: Ed. União, 1985.
- SIBAHI, P. Governo nega aposentadoria a 260 mil trabalhadores rurais em 2019, recorde da década. **Carta Capital**, 31 de março de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/g-alhadores-rurais-em-2019-recorde-da-decada/overno-nega-aposentadoria-a-260-mil-trab>. Acesso em: 30 mar. de 2020.
- SILVA, J. A. N. Condições sanitárias e de saúde em Caiana dos Crioulos, uma comunidade Quilombola do Estado da Paraíba. **Saúde e Sociedade**, v.16, n.2, São Paulo, p. 11-124, May/Aug. 2007.
- SILVA, S. R. **Efeitos dos investimentos sobre o emprego de mão-de-obra no Nordeste semi-árido brasileiro por ocasião das secas**. Viçosa: UFV, Dissertação de mestrado. 1980.
- SOUZA, J. R. M. **Resistência e recriação camponesa a partir do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Lagoa Seca**. João Pessoa: UFPB/PPGG, Dissertação (Mestrado em Geografia), 2015.
- SPIX, J. B. V.; MARTIUS, C. F. P. V. **Viagem pelo Brasil**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.
- TARGINO, I. A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil. **Raízes**. Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, v. 21, p. 148-160, 2002.
- _____. **Processo de trabalho e mortalidade infantil**. João Pessoa: UFPB/GESTAR, Relatório de pesquisa encaminhado ao CNPQ, 1991.
- TARGINO, I.; CARVALHO, R. G.; MARTINS, W. F. Desempenho da economia paraibana no início do século XXI. **BNB Conjuntura Econômica**, v. 60, p. 1-26, 2019.
- TARGINO, I.; MOREIRA, E. R. F.; ARAÚJO, N. M. U. Desempenho da agropecuária paraibana na década de 2000. **Okara: Geografia em Debate** (UFPB), v. 8, p. 271-293, 2014.
- TORRES, E. N. **Espaço agrário e trabalho assalariado no campo nordestino: uma análise do caso da Paraíba**. Tese (Tese em Geografia) - UFPB. João Pessoa. p, 324, 2020.